



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 022/2011**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Manoel Alves Rabelo, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e o Excelentíssimo Senhor Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** os termos da Resolução nº 003/2011 deste Tribunal de Justiça, publicada no Diário da Justiça de 24/01/2011, que instituiu o “Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”;

**CONSIDERANDO** que compete ao referido núcleo desenvolver a política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida na Resolução nº 125, do CNJ;

**CONSIDERANDO** a necessidade de aprimorar as ações de conciliação perante o Segundo Grau do Poder Judiciário do Espírito Santo, visando reduzir o número de recursos e de execução de sentenças

**RESOLVEM:**

Art. 1º - Instituir o Juízo de Conciliação Permanente em Segundo Grau, a ser exercido pelo Excelentíssimo Desembargador Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário, nos processos de competência originária ou recursal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Parágrafo único - O Desembargador Coordenador poderá valer-se de Juízes de Primeiro Grau para o exercício das atividades de conciliação em Segundo Grau, os quais serão designados pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - As atividades do Juízo de Conciliação Permanente em Segundo Grau serão desenvolvidas através da estrutura física e administrativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Espírito Santo, a quem incumbirá incluir os processos em pauta, intimar as partes e secretariar as audiências.

Parágrafo 1º - O Núcleo poderá ser auxiliado pela Secretaria do Pleno ou pelas Secretarias das respectivas Câmaras, nas atividades mencionadas no *caput* deste artigo, caso necessário, a pedido do Desembargador Coordenador.

Parágrafo 2º - As audiências de conciliação serão realizadas na sede do Tribunal, em uma das salas de sessões, e serão registradas em atas próprias.

Art. 3º - Havendo conciliação entre as partes, os autos serão encaminhados ao respectivo relator do recurso ou da ação originária para a homologação.

Parágrafo único - Frustrada a tentativa de conciliação, os autos serão devolvidos à respectiva Secretaria.

Art. 4º - Os processos serão encaminhados ao Juízo de Conciliação Permanente a pedido das partes, de seus advogados ou através de iniciativa do próprio Desembargador Relator que, neste último caso, deverá remeter os respectivos autos ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Parágrafo 1º - As partes e advogados poderão manifestar o interesse em conciliar através de *e-mail*, que será divulgado oportunamente, ou de outro meio eletrônico que venha a ser desenvolvido pelo Núcleo.

Parágrafo 2º - O requerimento será encaminhado ao Desembargador Relator para a deliberação.

Art. 5º - Os dados estatísticos referentes aos processos encaminhados ao Juízo Permanente de Conciliação em Segundo Grau deverão ser consolidados pelo Núcleo, nos moldes da Resolução nº 125, do CNJ.

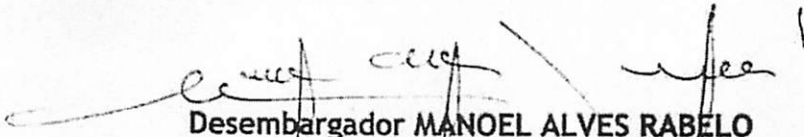
Art. 6º - Os casos omissos e as questões práticas que surgirem deverão ser dirimidos pelo Desembargador Coordenador do Núcleo.

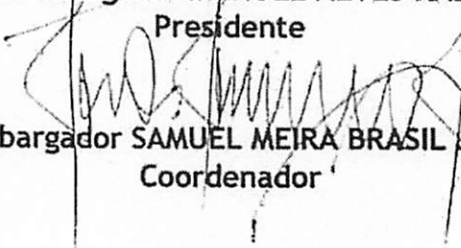


**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Art. 7º - Este ato entrará em vigor 30 (trinta) dias após a publicação.

Vitória, 13 de julho de 2011.

  
Desembargador **MANOEL ALVES RABELO**  
Presidente

  
Desembargador **SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR**  
Coordenador